



Apresentação Do Dossiê

MULHERES E LUTAS POLÍTICAS NA AMÉRICA LATINA: PERSPECTIVAS MATERIALISTAS

Organizadoras:

Rafaela Cyrino (Universidade Federal de São João Del-Rei)

Luisina Bolla (Universidad Nacional de La Plata, CONICET)

Patrícia Trópia (Universidade Federal de Uberlândia)

O interesse em publicar um dossiê sobre as lutas políticas das mulheres na América Latina tem como propósito trazer experiências de resistência que foram, e estão sendo construídas, no chamado “continente latino-americano”. Se a denominação desse continente serve como marcador da dominação ibérica, na região, pode contribuir, também, para romper as fronteiras geográficas, linguísticas e nacionais, no sentido de construção de lutas sociais mais potentes, que sejam capazes de nos unir contra as opressões de classe, etnia/raça e sexo/gênero.

Como forma de enfrentamento da hegemonia neoliberal, que busca individualizar tudo, faz sentido pensar na construção de movimentos que nos unam, em razão de processos de opressão similares contidos na nossa história. O capitalismo colonial, de base eurocêntrica, teve como eixo central do processo de dominação a invenção, notadamente hierárquica, da categoria raça (Quijano, 2005; Gonzalez, 2020; Curiel, 2007; Davis, 2016). Cabe acrescentar que a colonialidade do poder, como observa Maria Lugones (2007, 2008), além do marcador racial, encontra-se enredada a um sistema de gênero, em que os homens e as mulheres colonizadas foram animalizados, por não serem vistos como homens e mulheres (seres humanos), mas como machos e fêmeas. Nessa hierarquia colonial, as fêmeas (mulheres ameríndias e amefricanas), além de serem

exploradas como força de trabalho e como reprodutoras (em função de sua fertilidade), foram alvo de estupro (sexo forçado) pelos colonizadores brancos. Vários artigos neste Dossiê atestam como o peso desse passado colonial escravagista nos une e, de maneira contraditória, nos concede um lugar privilegiado para se compreender a imbricação de opressões, fundamental na construção de um feminismo afrolatinoamericano, nos termos propostos por Lélia Gonzalez.

É nesse sentido que recorremos à América Latina como uma categoria política capaz de acessar as condições materiais e as bases ideológicas comuns que nos unem, levando-se em conta as múltiplas opressões articuladas no processo colonizador. Este processo colonizador condicionou a forma como o capitalismo se desenvolveu no continente latino-americano. Enquanto países da periferia do capitalismo, fomos colonizados por uma hierarquia racista e sexista, que despreza todos os que foram construídos como não-brancos e se beneficia de uma desvalorização e superexploração da força de trabalho de grupos marginalizados, como a população negra, os povos originários ou indígenas e, sobretudo, as mulheres negras e indígenas.

Nossa história, em comum, também é marcada pelo peso das ditaduras cívico-militares, impostas, sobretudo, pelos Estados Unidos, a partir do contexto da chamada guerra-fria. Compartilhamos essa trágica experiência do terrorismo de Estado, em que indivíduos e grupos, considerados oponentes ao regime, foram presos, sequestrados, exterminados, torturados, com o desaparecimento dos corpos, na tentativa de destruir não só as pessoas e suas memórias, mas também os coletivos e movimentos sociais que criticaram a opressão, o extrativismo, o imperialismo, o capitalismo. Essa barbárie faz parte da nossa história, estando presente em muitos dos artigos que compõem esse Dossiê e que servem como um testemunho crítico da complexa relação entre as ditaduras implantadas, no Brasil, na Argentina, no Chile, e a luta política das mulheres, na clandestinidade ou inseridas em movimentos de massa, em grupos e organizações que constroem ou reconstroem espaços feministas e socialistas.

Há que se atentar, também, para a recorrência da narrativa da “ameaça comunista”, no decurso da história política das sociedades latino-americanas, como estratégia antidemocrática de contenção/anulação da participação dos segmentos sociais populares e de manutenção do status quo. De fato, a história da América Latina é a da exploração

aos povos originários e trabalhadores e da repressão aos movimentos sociais e aos governos progressistas e democráticos. No contexto da ascensão da extrema-direita, essa estratégia se mescla com um conservadorismo patriarcal e racista, que torna determinadas mulheres que se destacam na arena política (mulheres do campo da esquerda, negras, trans), alvos preferenciais de ataques neofascistas.

Embora um dos interesses do Dossiê seja dar visibilidade aos movimentos sociais e às lutas de resistência no continente latino-americano, há que se acrescentar que optamos por trabalhos que adotassem perspectivas materialistas. De fato, esse foi um dos critérios importantes na seleção dos artigos que recebemos. Uma perspectiva materialista significa, antes de mais nada, a adoção da categoria da totalidade, configurando uma abordagem estrutural que considere as dimensões materiais e político-ideológicas dos processos de dominação, exploração e apropriação envolvendo o sujeito político “mulheres”. A análise estrutural considera como as lutas políticas das “mulheres” se inserem historicamente nos sistemas capitalista, patriarcal e racista, que ora as unem ora dividem-nas.

A categoria da totalidade, portanto, ao levar em conta tanto a base material quanto ideológica que configuram o processo de expulsão das mulheres do mundo político, nos distancia de análises superficiais que caracterizam os processos de violência como meramente simbólicos ou de natureza ideológica. Colette Guillaumin (2014), cunhou o conceito de “ideologia da natureza”, útil para explicar as formas de ocultamento da militância política feminina, sobretudo nos processos revolucionários. Segundo Guillaumin a imputação de uma natureza específica às mulheres, uma natureza fundamental, imóvel, permanente, não transcendente, faz parte do processo de dominação, pois eleger os Homens como o único referente para se pensar a sociedade humana, a consciência e a conduta política. Nestes termos, toda iniciativa política por parte dos apropriados e apropriadas tende a ser duramente rejeitada ou reprimida.

Nestes termos, o Dossiê acolheu estudos que abordaram a questão da participação política das mulheres nos movimentos de luta armada e de guerrilha. A ideologia da natureza, que contribui para o apagamento/ocultamento das lutas políticas das mulheres, constrói uma imagem essencialmente pejorativa daquelas que subvertem, de forma mais intensa, o processo de apropriação das mulheres pelos homens. No caso das mulheres

ditas revolucionárias, isso explica por que, em geral, ora são vistas como “não-mulheres” (“homens”), ora como putas (devassas). Trata-se de uma forma de desqualificar as suas lutas e de uma tentativa de (re)conduzi-las a um lugar de “coisa”.

A perspectiva materialista adotada no Dossiê significou a adoção de uma concepção anti-essencialista acerca do sujeito político “mulheres”, a qual também serviu como critério importante na seleção dos artigos. Esse sujeito político, longe de ser auto-evidente, é construído socialmente. O sujeito político mulheres, tal como entendemos, constitui uma categoria social e política (logo, não natural nem biológica) que funda a sociedade heterossexual (Wittig, 2013). Por outro lado, é importante notar que essa categoria política é atravessada por relações sociais de raça/etnia, sexualidade e de classe, entre outras. Daí a relevância de se pensar em termos de consubstancialidade-imbricação de opressões (Kergoat, 2016; Falquet, 2022), na análise das lutas políticas das mulheres, sejam elas brancas, negras, indígenas, hetero, lésbicas, cis, trans.

O Dossiê privilegiou, ainda, abordagens que articularam as dimensões da política e da sexualidade, rumo a uma “economia política do sexo”, nos termos propostos por Gayle Rubin (1993) e por Monique Wittig (2013). Considerando a escassez de estudos que vinculam sexualidade, política e economia, optamos por selecionar dois artigos que tiveram como tema central a luta pela legalização do aborto. A concepção materialista, adotada pelos artigos, discute como os corpos ditos femininos são objeto de uma apropriação, tanto por parte dos homens quanto do Estado capitalista. A criminalização do aborto, neste sentido, consolida o abuso cometido contra o corpo das mulheres, inserindo-se no cobiçado campo do controle sobre os direitos reprodutivos. Sem perder de vista a questão da imbricação das opressões, os artigos analisam as hierarquias reprodutivas que incidem sobre diferentes grupos de mulheres, a partir de marcadores de sexo/gênero, raça e classe, as quais ajudam a explicar as “distâncias feministas” e as diferentes inserções e contribuições das mulheres na luta pela legalização do aborto. Mulheres em situação periférica, por exemplo, ajudam a pensar na indissociabilidade entre a luta pela justiça reprodutiva e pela justiça social, pois tão importante quanto ter o direito de escolher interromper uma gravidez indesejada é ter o direito de usufruir das condições materiais e sociais para prosseguir com uma gravidez desejada.

O Dossiê aborda, ainda, como a construção social da sexualidade feminina, tal como teorizado por Kate Millett (1974), ajuda a explicar o processo pelo qual as mulheres foram, concreta e ideologicamente, afastadas do universo da política. Carole Pateman em *O contrato sexual* fornece uma análise materialista desse processo, ao analisar como os autores que fundaram o campo da Ciência Política conceberam a política como um lugar a ser ocupado por indivíduos do sexo masculino, aptos, pelas suas supostas habilidades intelectuais, a fundar o “contrato social”, base da civilização. Essa narrativa ideológica, entretanto, oculta um fato material concreto: o contrato sexual, que envolve a cooptação da sexualidade das mulheres pelos homens. De acordo com Pateman, a liberdade civil derivada do contrato original e a gênese do direito político, tal como formulado pelos teóricos do contrato social, pressupõe o direito patriarcal. A autora pontua que a liberdade civil, não sendo universal, e constituindo-se historicamente como um atributo masculino, depende do direito patriarcal e da sujeição das mulheres. Colette Guillaumin (2014), feminista materialista, nos permite compreender melhor as bases materiais e ideológicas do processo de “apropriação do trabalho, do tempo, do corpo e da sexualidade das mulheres”.

Esse processo de apropriação foi fundamental, em vários artigos, para se pensar tanto a criminalização do aborto quanto a misoginia que atinge, sobretudo, as mulheres que adquirem visibilidade no mundo político. A ascensão social e política da chamada extrema-direita, em vários países da América Latina, foi também objeto de atenção, no sentido de se compreender como o neofascismo ou a fascitização política agudiza as contradições intrínsecas às relações sociais de classe, sexo/gênero e raça que movimentam a luta política das mulheres.

As lutas políticas das mulheres em *Nuestra América* contra o patriarcado, o capitalismo, o racismo e o imperialismo

A unidade do nosso continente, certamente, é uma unidade política nascida da experiência de uma opressão histórica comum, o que não implica ignorar as profundas diferenças entre regiões ou homogeneizar processos singulares. Por isso, cada um dos artigos aqui reunidos permite compreender, simultaneamente, as semelhanças e especificidades dos processos de apropriação das mulheres que se desdobram, ao longo e



largo do território nosso-americano, na arena pública, mas também, o poder de suas lutas e os espessamentos das resistências.

A convocatória do Dossiê foi muito bem-sucedida, o que demonstra tanto o interesse (ou talvez, até mesmo, a urgência) em refletir sobre essas questões, quanto a rica e comprometida produção teórica do nosso continente. Recebemos um número importante de trabalhos que se concentraram, não apenas no Brasil, mas na região latino-americana, e que analisaram as formas de participação política das mulheres, os desafios que encontram e as conquistas alcançadas.

Os trabalhos que integram o presente volume permitem perceber a variedade de sentidos do materialismo em suas declinações feministas: artigos que discutem a ossatura do Estado, que retomam as contribuições das teorias da reprodução social, dos socialismos feministas, dos feminismos marxistas e do feminismo materialista francófono. Cada uma dessas perspectivas permite destacar certos aspectos da opressão sexista, ao mesmo tempo em que fornece ferramentas para pensar a transformação social.

Abrimos esse Dossiê com o instigante artigo *Legalização do aborto, controle dos corpos e reprodução social em tempos de fascistização política*, de Máira Kubik Mano e Eliane Lacerda Almeida. Discute-se, nesse artigo, a ofensiva conservadora ao aborto legal, o controle “extremo” sobre os direitos reprodutivos, a negação da autonomia das mulheres sobre seus corpos, a partir do atual contexto capitalista que entrelaça reacionarismo e neoliberalismo.

Para abordar os mecanismos de exploração-dominação das mulheres “cisgêneras, pessoas transmasculinas/es, intersexo e não binárias” que gestam, as autoras evidenciam as disputas, no atual contexto de fascistização política, em torno da legalização do aborto, a partir do caso brasileiro, país onde o direito ao aborto, com raras exceções, não foi assegurado. A cruzada da extrema direita converge com as políticas neoliberais cujo fundamento é o “enfraquecimento do Estado e o fortalecimento das instituições religiosas e da família patriarcal”.

As autoras analisam como o encontro entre neoliberalismo e ascensão da extrema-direita no Brasil amplia um tipo particular de “exploração-dominação material” das mulheres, por meio da negação do acesso aos direitos reprodutivos. Estes são analisados a partir de perspectivas do feminismo materialista.

Ao longo do desenvolvimento das sociedades, certas estratégias de dominação foram elaboradas para estabelecer um tipo de relação desigual entre os sexos, uma divisão sexual que distingue e determina biologicamente os papéis sociais, reservando às mulheres o trabalho reprodutivo. Na esteira de Paola Tabet, Maira Kubik Mano e Eliane Lacerda Almeida afirmam que “o corpo dotado de materialidade feminina é o que funda a opressão sofrida por mulheres”. Tomando a perspectiva de Ariel Salleh, no capitalismo, os corpos das mulheres “foram convertidos em recursos pelo capital para proporcionar novas gerações de trabalhadores a serem explorados”, enquanto para Guillaumin pensar a reprodução significa pensar nos “produtos do corpo”. Neste sentido, o impedimento ao aborto significa que, como no Brasil, “há uma decisão social acerca da compulsoriedade da maternidade”.

As autoras afirmam que a legalização do aborto, conquistada em diferentes Estados do Norte e do Sul global, não significou a libertação dos corpos femininos e feminilizados de seu papel na reprodução social. Ainda assim, a luta pela legalização do aborto produz efeitos. No caso brasileiro, a disputa atual pela manutenção do aborto legal nos termos do Código Penal de 1940 constitui uma política de “contenção de danos”.

As autoras analisam as disputas no interior no aparelho do Estado e na chamada sociedade civil, em torno do aborto legal no país. Retomam a jurisprudência e os embates das mulheres, desde a Constituição de 1988. Enfim, discutem os reveses ao acesso ao aborto legal a partir do *impeachment* de Dilma Rousseff, quando a pauta relativa aos direitos reprodutivos foi mobilizada “como uma das formas de aglutinar o campo conservador, junto com outras relacionadas à gênero”.

Por fim, as autoras discutem a emissão, pelo Conselho Federal de Medicina, da Resolução CFM nº. 2.378/2024, que proíbe na prática o ato médico de assistolia fetal, para interrupção da gravidez, nos casos de aborto legal na hipótese de gravidez decorrente de estupro, mais um dos episódios recentes que entrelaçam “*backlash* atual e neoliberalismo”.

Camila Noguez, em *As cores do lenço verde: branquitude e psicanálise em trânsito pelos feminismos*, desenvolve um ensaio político e poético, pleno de reflexões desestabilizadoras, a partir de uma indagação: “Quem somos nós, as feministas, que portam o lenço verde na luta pela legalização do aborto? Essa indagação, parcial e

localizada, é feita a partir de um lugar identificado como um corpo brasileiro em trânsito por Buenos Aires, atravessado pela categoria mulher, pela branquitude e pela psicanálise. Por intermédio de uma escrita identificada como psicanalítica, a autora recusa as ambições totalizantes e questiona tudo o que se apresenta como já consumado. Assim, a própria categoria/identidade/signo “mulher”, é colocada, de maneira recorrente, em suspeição.

Recuperando uma memória feminista, Noguez revela a historicidade “movente” dos lenços verdes, que, um dia, foram fraldas brancas, amarradas na cabeça das mães, as *Madres da Praça de Mayo*, em protesto contra o terrorismo de Estado que, nos anos de Ditadura, sequestrou, assassinou, torturou, roubou e ocultou a identidade de seus filhos. Os lenços verdes, se repetem o “movimento” de luta contra a violência praticada pelo Estado, também criam um novo sítio de significância. Os lenços (*pañuelos*) verdes, que, um dia foram fraldas (*pañales*) brancas, inscrevem a criminalização do aborto como um abuso do Estado contra o corpo das mulheres. A fralda branca e o lenço verde, portanto, atrelados no mesmo espectro de luta, expressam uma mobilização pelo direito de ser mãe e de não o ser contra a vontade. O verde, como observa Noguez, ressignifica o branco e exercita a memória feminista.

Uma memória feminista que se assemelha a um chão movente, nômade, repleto de desencontros. O lugar de branquitude, que atravessa o corpo da autora, talvez a ajude a pensar, através de uma escrita psicanalítica, como as hierarquias reprodutivas afetam a vivência da maternidade, reivindicada como uma escolha que cabe às mulheres. Se a branquitude expressa uma relação histórica de posse (propriedade) com a terra, com a mata, os animais, os rios, as crianças e os demais seres, a noção de autonomia reprodutiva não tem o mesmo significado para populações que sofreram genocídio ou para mulheres que não possuem sequer as condições materiais, mínimas, para prosseguir com uma gravidez desejada. A memória feminista, portanto, se evocada, deve levar em conta a noção de justiça reprodutiva e a experiência das mulheres não-brancas nas Américas e dos seus corpos, vistos e utilizados como instrumentos de reprodução e objetos de entretenimento. Ao final (?), a autora, após um percurso desestabilizador, atento àquilo que escapa quando uma identidade se afirma, refaz a pergunta inicial: quem somos nós, as feministas, que portam o lenço verde?

No artigo, intitulado *Apontamentos sobre uma geração de mulheres revolucionárias*, Maria Lygia Quartim de Moraes revisita o impacto das sanguinárias experiências de ditaduras militares nas décadas de 1960 e 1970 na América Latina para reconstruir, a partir da dimensão de gênero e das sevícias impostas às mulheres, o tema do terrorismo de Estado, a experiência prisional, o exílio e os impasses da justiça de transição.

Quantas foram vítimas de ditaduras militares sanguinárias no continente latinoamericano? Não sabemos ao certo, pois, além das violações aos direitos humanos e sequestros, as ditaduras “matavam a morte”, ao desaparecer com os corpos, e tentaram matar a memória, que, entretanto, resiste. O terrorismo foi bárbaro e longo, mas contra ele se ergueram resistências, adesão à luta armada, manifestações estudantis e de trabalhadores, alianças entre setores democráticos, de centro e esquerda, organizações, partidos e sindicatos.

O envolvimento das mulheres na luta armada é, adverte Maria Lygia Quartim de Moraes, um ato revolucionário que implicava “em radical rompimento com o padrão da moça bem-comportada, virgem, futura mãe de família”. A maioria das mulheres era universitária e oriunda das classes médias. Todavia, ainda intriga que elas tenham escrito tão pouco sobre suas experiências na clandestinidade ou no exílio. Por que há tão poucos relatos de mulheres na primeira pessoa? A autora resgata a experiência das mulheres nos inúmeros livros construídos a partir de depoimentos ou de reconstrução histórica.

Ao analisar tais publicações, o artigo destaca as representações das mulheres revolucionárias, suas transgressões, que significam uma “dupla transgressão”, a coragem para denunciar os torturadores, recusando o silêncio e o “risco do presente se tornar um volume cheio de esquecimento”. Maria Lygia Quartim de Moraes relembra a experiência uruguaia, a partir de um grupo de ex-presas políticas do Taller de Género y Memoria, que faz uma chamada e publica cerca de 150 textos.

São muitas as dificuldades em testemunhar a experiência da prisão, afinal quer-se “esquecer esta experiência mortífera, para conseguir sobreviver”, mas também se deseja falar como forma de resistência. “Calar-se para poder viver não deixa de ser a principal razão para que os testemunhos femininos tenham se calado sobre as sevícias sexuais”. No Brasil, a criação de Comissões da Verdade deu voz e nos permitiu conhecer quem e como

foram atingidas, bem como as agressões e torturas sexuais sofridas pelas mulheres. “Nada do vivido se perde”. A autora também resgata as experiências no exílio - as dores, as inflexões e o contato com correntes e teorias feministas -, os significados da convivência com o medo e a sombra do terrorismo de Estado.

O artigo que se segue dá continuidade à análise da existência de redes de solidariedade e resistência, mesmo nos períodos mais adversos. Em *Lo inapropiabile: transgresiones feministas al sur. Arsenal feminista contra la desesperación*, Victoria Pasero analisa diferentes experiências políticas que unem economia política e corporeidade, neoliberalismo e patriarcado, para mostrar a dimensão inapropriada (“*inapropiabile*”) que resiste à apropriação. Esta dimensão encontra-se nos próprios corpos das mulheres, um território político onde se desenvolvem a violência, mas também a subversão e a resistência. Num registro que se situa próximo do local de enunciação da própria autora e que recorre à primeira pessoa - traçando assim uma ligação subterrânea com os dois artigos anteriores -, vários instrumentos teóricos foram dispostos caleidoscopicamente: a financeirização da vida, a dívida, as contribuições das feministas materialistas Paola Tabet e Colette Guillaumin, refletidas em poemas que servem de epígrafe e, intui-se, também, do código cifrado da análise.

Os contextos de avanço neofascista constroem “cenários de misoginia, classismo e racismo libertado”. Diante desse horror, que se agrava em tempos de “austericídio”, o objetivo do artigo, como indica o subtítulo, é construir um arsenal feminista contra o desespero (expressão poderosa de Audre Lorde) que nos permita encontrar ferramentas, rastrear genealogias nas quais possamos nos reconhecer, para ampliar os repertórios da memória numa história ampla que insiste e resiste ao silêncio. Sem revelar, alerta a autora cautelosamente, todos os segredos, a recuperação e valorização destas memórias é fundamental.

Para isso, Pasero reúne três experiências históricas, tecidas pelo fio condutor - como ela nos alerta - de uma utopia feminista no sul: as mulheres na prostituição nos anos 70; teólogas feministas na Argentina, pioneiras na luta pelo direito à sexualidade livre e ao aborto e, mais recentemente, práticas e experiências feministas territoriais em bairros populares de Mendoza (2012-2021). Estas três grandes experiências, a das “putas solidárias”, das “santas desobedientes” e das “feministas dos bairros”, mostram a

multiplicidade de estratégias utilizadas pelas mulheres como forma de oposição à violência, à passividade e à objetificação patriarcal onde o poder, com suas modulações genocidas – nas ditaduras e nas democracias – tenta enquadrá-las.

Aliadas das detidas e presas políticas em tempos de ditadura (as prostitutas), construindo mundos lésbico-feministas e populares com religião própria e emancipatória (as teólogas), essas memórias dos anos 70 se unem em temporalidades deslocadas e descolonizadas (libertadas da linearidade moderna) para construir “tramas rebeldes e comunitárias” que persistem. Por fim, a partir de suas próprias experiências e análises territoriais, a autora destaca a resistência solidária entre mulheres e grupos sociais que enfrentam o desaparecimento de filhas, companheiras e parentes em bairros populares de Mendoza e que exigem justiça diante da impunidade. A análise mostra como mesmo essas experiências extremas, um feminicídio ou feminicídio sem corpo, o mais alto grau de apropriação e a mais atroz expressão de violência, “ativam sensibilidades feministas [territorialmente] fundamentais para dismantlar o mecanismo patriarcal e neoliberal”. Nas palavras da autora: “a economia política delinea a experiência subjetiva e objetiva dos corpos, mas, ao mesmo tempo, sua agência histórica é capaz de transbordá-la”. Este compromisso de superação das visões reducionistas, que nos impedem de pensar em transformações, evita o romantismo ingênuo, mas convida-nos a manter a esperança (coletiva, militante) e a utopia como horizonte inalienável.

Em *Feminismos Decoloniais: Lições de resistência ativa de mulheres em Nuestra América*, Gema Esmeraldo se propõe a pensar as lutas das mulheres latino-americanas (indígenas, camponesas, quilombolas, pescadoras), a partir das suas próprias narrativas. Tais narrativas foram extraídas dos Ciclos de Intercâmbios realizados durante os anos de 2021 e 2022 em Buenos Aires, onde mulheres de países da América Latina, Caribe e África se reuniram para narrar as lutas em defesa de seus corpos-territórios. Na primeira parte do artigo, faz-se um relato dos testemunhos políticos ouvidos de feministas, ativistas, militantes, da Argentina, Colômbia, Chile, Uruguai, Paraguai, Equador e Brasil, os quais despertaram, na autora, tanto sentimentos de alegria quanto de tristeza. Alegria, por estas mulheres mostrarem uma realidade combativa, de resistência, em que a defesa da vida não ocorria sem se entrever o enfrentamento do capitalismo e das práticas

patriarcalistas, sexistas e racistas. Tristeza, pela denúncia das violências perpetradas contra os corpos das mulheres e sobre suas existências, cada vez mais precarizadas.

Na segunda parte do artigo, aprofundam-se as discussões teóricas, em torno de temas como a “colonialidade de gênero (Maria Lugones)”, a “acumulação primitiva permanente do capital (Rosa Luxemburgo)” e a “economia feminista (Amaia Orozco)”. Entretanto, as considerações teóricas, realizadas após os testemunhos políticos das mulheres militantes, não deixam dúvida de que estes já continham muitos dos elementos teóricos, reflexivos e críticos, inseparáveis de suas lutas sociais. O artigo corrobora a importância da indissociabilidade entre teoria e prática/ ciência e ativismo, indicando, como sustenta Ochy Curiel, que o conhecimento se produz na prática cotidiana, no movimento social.

As mulheres da “Nuestra América”, em suas lutas sociais pela vida produzem denúncias repletas de uma crítica anticapitalista e anticolonialista. As denúncias giram em torno das relações perniciosas do Estado com as grandes corporações, o qual faz uso de forças repressoras para extorquir as terras da agricultura camponesa e indígena. O tema da “precarização da vida, que pode ser facilmente extraído dos testemunhos, vincula-se à denúncia da adoção, pelo Estado, de uma política que privilegia os interesses de mineradoras e de grandes empreendimentos extrativos, petrolíferos, hídrico-energéticos, em detrimento da saúde, da soberania e da vida da população local. Cabe ressaltar que as intervenções não deixaram escapar a imbricação entre a violência patriarcal e a violência de classe, visto que a precarização da vida vulnerabiliza, sobretudo, as mulheres, por estarem, “historicamente, na posição social e cultural de principais responsáveis com os cuidados e a reprodução da vida humana”.

Em *Economia política do sexo e o processo de expulsão das mulheres do mundo da política no Brasil*, Rafaela Cyrino e Patrícia Trópia destacam os mecanismos misóginos que se ativam como resistência à participação política das mulheres. A partir de uma análise qualitativa, baseada nos dados sobre violência política contra candidatas fornecidos pelo observatório MonitorA (2023), as autoras abordam as formas de misoginia política, compreendida não só como um discurso de ódio, mas como “um conjunto de práticas opressivas e violentas” que se reforçam em contextos de avanço das extremas direitas. Antecedido por uma reconstrução teórica dos vieses patriarcais

inscritos na origem dos Estados-nação, o artigo se apoia fundamentalmente nos aportes de uma corrente que tem se tornado objeto de crescente interesse em América Latina, a saber: o feminismo materialista francófono (segundo a expressão de Falquet). O feminismo materialista constitui um instrumento teórico privilegiado que permite às autoras abordar a peculiar economia política do sexo que organiza a cena pública, mais também questionar a naturalização da categoria de sexo e os obstáculos persistentes que as mulheres encontram (e enfrentam) na arena política, sem cair em uma visão homogeneizante sobre a categoria “mulheres”.

Justamente, um dos méritos de Cyrino e Trópia é evitar as generalizações para caracterizar os mecanismos específicos postos em prática no caso brasileiro. Assim, se uma primeira constatação mostra que existe uma misoginia generalizada, que ataca todas as mulheres que participam da política e cujo mecanismo comum é sua objetificação e invisibilização como sujeitas políticas, um exame mais detalhado revela a existência do que Cyrino e Trópia denominam uma “misoginia seletiva (neo)fascista”, que ataca especificamente mulheres que defendem políticas progressistas e de esquerda. A misoginia (neo)fascista é um mecanismo que não só implica a coisificação, mas que incorpora formas mais virulentas, incluindo formas de aterrorizar, particularmente através do uso de ameaças de morte e/ou violência sexual. As alusões a características físicas ou corporais, a acusação de loucura ou de histeria, mecanismos que visam reforçar a ideologia da natureza (Guillaumin) e remeter as mulheres aos seus “lugares naturais”, segundo Aristóteles, adquirem traços próprios e uma maior virulência quando têm como alvo mulheres de setores de esquerda. As acusações e ameaças direcionadas contra Dilma Rousseff, contra a candidata à prefeita do Rio de Janeiro pelo Partido dos Trabalhadores, Benedita da Silva, ou contra a deputada Sâmia Bomfim (PSOL), entre tantas outras, se entrelaçam em uma temporalidade histórica que inclui as mulheres militantes durante a ditadura civil-militar brasileira (como Iara Yavelberg e a própria Rousseff), sem deixar de lembrar a luta de Marielle Franco.

Continuando essas análises, as autoras se perguntam: “De que forma fatores como orientação política, raça, classe, gênero e orientação sexual potencializam as práticas misóginas?”. Através dessa pergunta matriz, Cyrino e Trópia exploram a imbricação das relações de poder, mostrando as formas específicas que a misoginia política assume

contra mulheres negras e/ou LGBTQ+. Como as autoras sustentam, “as ameaças de morte parecem recair, sobretudo, em mulheres do campo de esquerda que tensionam o binarismo de base biológica ou que defendem pautas LGBTQIA+, como as mulheres trans/travestis”. Em alguns casos, inclusive, as ameaças de estupro se deslocam para as próprias filhas das candidatas, como o caso da candidata à vice-presidência Manuela D’Ávila (Pcdo B), nas eleições de 2018, revelando uma sinistra violência vicária. Uma menção à parte também merece a análise original dos ataques nas redes contra as primeiras-damas Michelle Bolsonaro e Janja da Silva, que não só mostra o importante papel da religião no Brasil, mas também os entrelaçamentos que, no último caso, modularam as agressões conforme vieses classistas, coloniais e racistas. Em suma, Cyrino e Trópia constroem uma abordagem original e relevante que permite continuar identificando as formas de misoginia (neo)fascista que crescem na região latino-americana e que colocam o desafio de compreendê-las, denunciá-las, com vistas à sua transformação e erradicação.

O artigo, intitulado *¡Tenemos Furia! Demandas e reflexões do feminismo socialista chileno (1981-1986)*, de Júlia Glaciela da Silva Oliveira, analisa os efeitos do golpe político militar que produziu profundas inflexões nas políticas sociais e econômicas que haviam sido implementadas por meio de reformas populares no governo de Salvador Allende, entre as quais a reforma agrária, dando início ao projeto de privatização de diversos setores, como bancos e indústrias nacionais, incluindo serviços essenciais, como saúde e educação. Se os golpes militares na América Latina não eram novidade, a experiência chilena, além de ceifar a experiência socialista democrática, impôs um novo modelo econômico, o neoliberalismo.

As mulheres são fortemente afetadas pelo novo regime, seja porque também foram vítimas da violência perpetrada pelo Estado, seja pelas medidas econômicas que levaram ao empobrecimento e à chamada "feminização da pobreza". O governo do ditador Augusto Pinochet revogou, em 1989, o direito, garantido no Chile desde a década de 1931, ao aborto terapêutico, criminalizando o aborto em qualquer circunstância.

A brutal repressão, iniciada em 1973, estimulou, todavia, movimentos e coletivos de mulheres a se organizarem em torno das vítimas da violência, dos presos, dos desaparecidos e exilados políticos. É neste contexto que são criadas a *Agrupación de*

Familiares de Detenidos Desaparecidos e o *Mujeres Democráticas*, que desempenharam um papel fundamental na denúncia dos crimes da ditadura e no apoio aos familiares de presos políticos.

Uma década após o golpe eclode no país as Jornadas de Protesto convocadas pelo Comando dos Trabalhadores do Cobre (CTC), responsável pelas primeiras articulações de greves e protestos que eclodiram na década. Foi neste contexto que o movimento feminista se reorganizou no país.

Para analisar como o regime impactou nas organizações de mulheres socialistas, Júlia Glaciela da Silva Oliveira se debruçou sobre a revista *Furia*, periódico que circulou entre os anos de 1980 e 1983, de forma clandestina e com artigos assinados por pseudônimos. A imprensa feminista, afirma a autora, “é uma importante fonte para compreender não só as pautas e demandas por direitos, mas as concepções ideológicas do que se definia como feminismo e, neste caso, como feministas socialistas”. A revista *Furia* foi publicada pela *Federación de Mujeres Socialista*, entidade que procurou organizar a resistência das mulheres socialistas. O projeto editorial alinhava-se ao feminismo autônomo, ao marxismo e ao projeto socialista. Os editoriais e artigos publicados na revista *Furia* abordam, de uma perspectiva materialista, temas como aborto, divórcio, maternidade, coletivização do trabalho doméstico. Tem centralidade os artigos que tratam das opressões que recaem sobre as mulheres, em um contexto que combina supressão da democracia e neoliberalismo, bem como as relações entre feminismo e socialismo. A revista também publica artigos que evidenciam o impacto do neoliberalismo no cotidiano das mulheres chilenas.

O artigo, intitulado *A atuação de mulheres brasileiras junto ao Comitê CEDAW: movendo a estrutura internacional dos direitos humanos para o enfrentamento das subalternidades*, de autoria de Natália de Souza Lisboa e Ana Laura Marques Gervásio, tem como objetivo analisar as organizações de mulheres em grupos, partidos e comissões e as redes que se formaram e levaram as brasileiras ao debate internacional sobre direitos humanos. O artigo é motivado por algumas recusas. As autoras contestam a versão dominante segundo a qual o surgimento dos movimentos feministas na América Latina seja os anos de 1970, ainda que naquele momento eles ganhem visibilidade e institucionalidade. Em suas palavras, tal “desacerto pode ser compreendido na

perspectiva da colonialidade de gênero como resultado das invisibilizações promovidas pelos feminismos brancos hegemônicos, uma vez que tanto a categoria de mulher quanto a de feminismo foram negadas às mulheres subalternas no Sul global”. As autoras criticam a “teoria hegemônica feminista”, que localiza na primeira onda as lutas das mulheres “burguesas européias” em torno do direito ao voto. Os movimentos de mulheres latino-americanas “formados por mulheres operárias, professoras, anarquistas etc. e, definitivamente, expressivos na luta pelos direitos das mulheres e, dentre elas, para a conquista do direito ao voto” seriam contemporâneos aos movimentos europeus, segundo estudos publicados pela Rede de Desenvolvimento Humano (REDEH). As autoras recusam a identificação da cronologia “hegemônica” e “eurocêntrica” do feminismo brasileiro, destacando que os movimentos de mulheres subalternizadas, desde o período colonial, e a pluralidade de suas pautas de lutas extrapolam a década de 1970.

A partir da década de 1970, as mulheres brasileiras passam, de fato, a participar, de forma ativa, da década da mulher da ONU (1976-85) e da criação da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (CEDAW) em 1979, cujo texto foi assinado pelo Brasil no mesmo ano e ratificado em 1984, com ressalvas. Em 2002, o país aderiu ao Protocolo Facultativo da ONU e retirou as ressalvas, por meio do Decreto nº 4.316 de 30 de julho. Trata-se de normativas que são referência na garantia de direitos humanos. Visando à elaboração de relatórios alternativos, contra-relatórios e informes de monitoramentos da sociedade civil para o Comitê CEDAW, foram fomentadas, no país, articulações com organizações tais como o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), a AGENDE (Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento) e a CLADEM (Comité de América Latina y Caribe para la Defensa de los Derechos de las Mujeres).

O artigo analisa alguns destes documentos evidenciando a ativa participação das organizações brasileiras na luta pelos direitos humanos das mulheres e na denúncia às desigualdades de gênero e raça, à omissão de governos, ao descumprimento da Lei Maria da Penha, às violências cotidianas contra as mulheres. As autoras afirmam que o “Monitoramento da CEDAW deixa nítidas as omissões pelo Estado Brasileiro quanto ao tráfico de pessoas e aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres”. Na parte final do artigo, as autoras evidenciam o impacto que a ascensão da extrema direita no país



representa aos direitos das mulheres, “com a latente desconsideração governamental da normativa e do Comitê CEDAW”.

Considerações finais

Cada um dos artigos que compõem este dossiê se propõe a analisar, a nível teórico e prático, com ferramentas conceituais e abordagens empíricas - em seus múltiplos nós e coproduções -, as vastas, poderosas e múltiplas formas de participação política das mulheres no nosso vasto continente. Suas resistências, em espaços e tempos semelhantes e diferentes; as suas conquistas, as suas feridas ainda abertas, os seus desafios passados e atuais, como a crescente ameaça da extrema direita em certos países, as quais articulam modelos econômicos ultraneoliberais com ideias morais ultraconservadoras; a persistência com que tentam silenciar e invisibilizar as mulheres como sujeitos políticos; a violência dos discursos e práticas que procuram reforçar a retórica heterossexista e naturalista, tornam-se aqui o enredo de uma história coletiva que é a da nossa América, sempre em movimento, sempre dinâmica, nunca estacionada. As mobilizações pelo direito ao aborto legal, seguro e gratuito; a resistência das mulheres negras, indígenas e periferizadas; as lutas contra as ditaduras civis-militares e contra os resquícios destas formas autoritárias nas democracias; as confluências entre militância de esquerda, feminismo e/ou movimentos de mulheres, amarradas no nosso passado recente e no nosso presente atual, tecem, na mesma tapeçaria, as lutas contra o imperialismo colonial, contra o capitalismo, contra a crueldade, em suma, pelos direitos humanos (desde os “de baixo”), de enclaves que tenderam, em nossa região, à interseccionalidade, à consubstancialidade das relações de poder, ou como escolhermos nomeá-lo. Longe da vitimização, mostram a força das lutas coletivas contra todas as formas de apropriação dos nossos corpos, tempos, desejos e projetos, que aqui se expressam a partir de diferentes perspectivas, registros e contextos.

Esperamos que as páginas desse Dossiê sirvam de estímulo para continuarmos. Que nos permitam reconhecer-nos em lutas anteriores, mais ou menos próximas, através da recuperação das experiências de quem nos precedeu, quando as noites do nosso sul pareciam mais escuras, e de quem hoje continua a tentar construir outros espaços mais habitáveis, mais justos, verdadeiramente e não nominalmente democráticos. Oxalá que as

análises aqui expostas sejam úteis para fortalecer as nossas lutas e os nossos referenciais teóricos; que as categorias possam tornar-se ferramentas (KUBIK, 2021), armas para enfrentar o subequipamento e a desmemória em que os patriarcados ancestrais (CABNAL, 2010) procuram nos manter. Em tempos de exacerbação do individualismo, de tentativas de romper os laços de solidariedade e de duras reivindicações de desigualdade e crueldade, os feminismos e os movimentos de mulheres têm outras lógicas e práticas que, talvez, possam pôr fim aos modos tradicionais, androcêntricos, classistas e racistas, ensinando outras formas de fazer e pensar a política.

Rafaela Cyrino (Universidade Federal de São João Del-Rei)
Luisina Bolla (Universidad Nacional de La Plata, CONICET)
Patrícia Trópia (Universidade Federal de Uberlândia)

Referências bibliográficas

- ABREU, Maira; CYRINO, Rafaela; TRÓPIA, Patrícia. Feminismos materialistas: recepções latino-americanas. *Caderno Espaço Feminino*, Uberlândia, MG, vol. 34, nº2, 2021.
- CABNAL, Lorena. *Acercamiento a la construcción del pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala*. ACSUR-Las segovias, 2010.
- CURIEL, Ochy. Crítica pós-colonial a partir das práticas políticas do feminismo antirracista. Tradução: Lídia Maria de Abreu Generoso (UFOP). *Revista de Teoria da História*, vol. 22, Número 02: 2007, p. 231-245.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Boitempo: São Paulo, 2016, p. 57-78.
- FALQUET, Jules. *Imbricación. Más allá de la interseccionalidad. Mujeres, raza y clase en los movimientos sociales*. Buenos Aires: Madreselva, 2022.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: GONZÁLEZ, Lélia. *Por un feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar editora, 2020.
- GUILLAUMIN, Colette. *Prática do poder e ideia de natureza*. In: FERREIRA, Verônica et al. *O patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas*. Recife: SOS Corpo, p. 26-99, 2014.
- KERGOAT, Danièle. Dynamique et consubstantialité des rapports sociaux. In: DORLIN, Elsa (dir.), *Sexe, race, classe. Pour une épistémologie de la domination*, Paris: PUF, 2016 [2009], pp. 111-125.



- LORDE, Audre. *La hermana, la extranjera*. Madrid: horas y horas, 1984.
- LUGONES, María. Colonialidad y Género, *Tabula Rasa*, n°9, pp 73 -101. Bogotá, Colombia, 2008.
- LUGONES, María. Heterosexualism and the Colonial/Modern Gender System. *Hypatia*, Volume 22, n°1, pp. 186-209, 2007.
- MANO, Maíra, Kubik. Escolher as armas: a utilização dos conceitos do Norte para pensar os feminismos brasileiros. In: ABREU, Maira; CYRINO, Rafaela; TROPPIA, Patrícia. *Feminismos materialistas: recepções latino-americanas. Caderno Espaço Feminino*, Uberlândia, MG, vol. 34, n°2, 2021, p. 15-32.
- MILLETT, Kate. *Política sexual*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1974.
- PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Polity Press, 1988.
- QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais- perspectivas latino-americanas*, CLACSO: Buenos Aires, 2005, p. 107-126.
- RUBIN, Gayle. *Tráfico de mulheres: notas sobre a economia política do sexo*. Tradução: Christine Dabat et al. Recife: SOS Corpo, 1993.
- WITTIG, Monique. *La pensée straight*. Paris: Éditions Amsterdam, 2013.